

Decisão judicial não afeta campanha do PAS

Pesquisa mostra aprovação do serviço em Pirituba, primeiro local onde o plano foi adotado

STELLA GALVÃO

O secretário municipal da Saúde, Roberto Paulo Richter, disse que a Prefeitura vai continuar a veicular a campanha publicitária de divulgação da pesquisa que mostra a aprovação do Plano de Atendimento à Saúde (PAS) no Hospital de Pirituba. "A campanha já foi contratada e não tem mais como reverter", disse. Anteontem, o desembargador Yussef Cahali concedeu liminar à ação proposta por entidades médicas visando a declaração de inconstitucionalidade da legislação municipal editada sobre o PAS. O plano está suspenso.

Segundo Richter, a pesquisa foi realizada pelo Ibope durante um final de semana com pacientes que já haviam procurado o hospital antes da adoção do PAS. Richter não soube dizer o montante dos custos da campanha para a Prefeitura. O custo de realização de uma pesquisa como a feita em Pirituba, sem incluir os custos de veiculação na imprensa, é de R\$ 12 mil, segundo Sílvia Cervellini, gerente de Planejamento e Atendimento da Área de Opinião Pública do Ibope.

Pacientes — No texto, uma modelo posa de enfermeira para anunciar que 77% dos que experimentaram o novo sistema acham que o atendimento é ótimo ou bom, e que 88% apóiam o PAS. Os pesquisadores, colocados na saída do hospital, entrevistaram 600 pessoas entre os dias 18 e 22 de janeiro. Foram ouvidos pacientes que passaram pela emergência ou se dirigiram ao setor de consultas.

O diretor de imprensa do Sindicato dos Médicos de São Paulo, José Erivalder Guimarães, não dá crédito aos resultados apontados pela pesquisa. "São resultados que podem ser perfeitamente manipulados pelo contratante, no caso a Prefeitura",



Milton Michida/AE

Richter: "A campanha foi contratada, não há como reverter"

disse. Para a gerente do Ibope, qualquer pesquisa retrata a situação que pretende avaliar. "Temos credibilidade suficiente para assumir os resultados que apresentamos", reagiu.

O presidente do Conselho Regional de Medicina, Pedro Henrique Silveira, disse que um dos pontos mais valorizados em atendimento médico-hospitalar em áreas de grande demanda é a rapidez com que ele ocorre. "Se o critério de avaliação foi esse, essa rapidez pode esconder um atendimento

superficial", afirmou. Silveira reuniu ontem a imprensa, juntamente com os dirigentes do Sindicato dos Médicos, Associação Paulista de Medicina e Federação Nacional dos Médicos, para uma avaliação dos efeitos imediatos da liminar que sustou o plano, em resposta à ação de inconstitucionalidade proposta pelas entidades. "Achamos muito difícil a reversão da decisão, mesmo com recurso da Prefeitura, por envolver um desembargador que preside a Justiça estadual."

I BOPE
ENTREVISTOU
600 PESSOAS EM
JANEIRO

Módulo Pirituba-Perus continua funcionando

Para o diretor da unidade, Jairo Ramos, a decisão judicial só atinge futuros convênios

GUSTAVO ALVES

Especial para o Estado

O módulo de atendimento de Pirituba-Perus continua funcionando normalmente. O diretor da unidade, Jairo Luiz Ramos, disse que a liminar em favor da ação de inconstitucionalidade da lei que criou o PAS não vai reverter o sistema de atendimento na região, onde o plano começou a funcionar. "A liminar não atinge Pirituba, só os futuros convênios", informou.

Mesmo a ampliação do PAS para o Centro pode não ser impedida, acredita o diretor do módulo, que administra as unidades de saúde assumidas pelo Cooperpas 8 desde o dia 1º. Isso porque o convênio entre a Prefeitura e as cooperativas que assumiram o hospital da região foram assinadas antes de a Justiça se pronunciar sobre a ação.

O chefe de imprensa da Prefeitura, Adilson Laranjeira, disse ontem que a área jurídica está estudando as formas de encaminhamento do recurso à liminar. Ele estranhou o fato de a liminar estar datada do dia 19 e tenha sido divulgada no dia 24. Laranjeira confirmou que, no entendimento dos técnicos da Prefeitura, o contrato firmado com a cooperativa de Pirituba não sofre os efeitos da decisão judicial. "Pirituba-Perus não é mais da Prefeitura, quem manda lá é a cooperativa", informou.

Relatório — Segundo Ramos, "quem está preocupada com a liminar é a população". Ele divulgou um relatório segundo o qual, nos primeiros 23 dias de funcionamento do PAS em Pirituba, foram realizados 29.602 atendimentos. "No sistema anterior, o máximo conseguido

em um mês era de 27 mil", informou.

A irmã do paciente Paulo Garbim, em tratamento contra câncer no Hospital de Pirituba, Ângela Maria Garbim de Souza, achou "um absurdo" a liminar. "Como suspender algo que não foi testado ainda?" O operário Antônio Vaz Brito, que acompanhava a consulta da filha Ana Ezequiel Santana, disse que depois do início do PAS, o atendi-

to ficou mais rápido. "Antes, a consulta era marcada para depois de 30 dias."

O vereador José Eduardo Martins Cardoso (PT) defendeu o cancelamento do PAS em Pirituba. A medida impediria o prefeito Paulo Maluf e o secretário de Saúde do município, Roberto Paulo Richter, de serem punidos caso a lei fosse declarada inconstitucional no julgamento do mérito da ação.